

GÊNERO E SOCIEDADE: PROBLEMATIZAÇÕES A PARTIR DAS OBRA “A CIDADE DAS DAMAS”(1404-1405) E “O LIVRO DO CORPO POLÍTICO”(1404-1407), DE CHRISTINE DE PIZAN

GENDER AND SOCIETY: PROBLEMATIZATIONS FROM THE WORKS “THE CITE OF LADIES” (1404-1405) AND “THE BOOK OF THE BODY POLITIC” (1404-1407) BY CHRISTINE DE PIZAN

DOI 10.5281/zenodo.8311683

Ana Luisa Pisani¹

Resumo: Christine de Pizan (c. 1364- c. 1430) poeta e filósofa franco-italiana representa a luta e a conquista por uma escrita feminina no medievo, destacadamente por sua obra mais conhecida “A Cidade das Damas” (1404-1405), em que ressignifica o lugar das mulheres perante a História. Entretanto, além deste icônico livro, Christine se dedicou a escritos de caráter explicitamente político, a exemplo da obra “O Livro do Corpo Político” (1404-1407), o qual partindo da metáfora do corpo humano, reflete sobre as atribuições e o lugar de cada grupo na sociedade, problematizando as atitudes dos membros deste corpo através das condutas que analisa. É importante ressaltar, que os ideais de feminino se modificam ao longo do tempo e do lugar histórico, porém, tem sido recorrente a predominância nos trabalhos historiográficos do masculino que se sobrepõe ao feminino nas narrativas, proporcionando a perpetuação de estereótipos negativos quanto ao espaço das mulheres na História. Neste âmbito, objetiva-se refletir as interpretações de Christine perante o seu contexto, através da categoria gênero, observando as dimensões quanto a sua proposta discursiva de defesa das mulheres ante os diversos espaços sociais.

Palavras-chave: Christine de Pizan. Gênero. Corpo Político.

Abstract: Christine de Pizan (c. 1364 – c. 1430) Franco-Italian poet and philosopher represent the struggle and conquest for female writing in the Middle Ages, notably for her best-known work “The City of Ladies” (1404-1405), in which she resignifies the place of women in history. However, in addition to this iconic book, Christine dedicated herself to writings of an explicit political nature, such as the work “The Book of the Body Politic” (1404-1407), which, based on the metaphor of the human body, reflects on the attributions and place of each group in society, problematizing the attitudes of the members of this body through the conducts it analyses. It is important to emphasize that the ideals of the feminine change over time and historical place, however, has been recurrent the predominance in historiographical works of the masculine that overlaps the feminine in the narratives, providing the perpetuation of negative stereotypes regarding the space of women in history. In this context, the objective is to reflect on Christine’s interpretations in her context, through the gender category, observing the dimensions of her discursive proposal for the defense of women in different social spaces.

Keywords: Christine de Pizan. Gender. Body Politic.

¹ Licenciada em História pelo Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU), Especialista em História, Sociedade e Cultura pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e Mestra em História também pela PUC-SP. Atualmente é doutoranda em História Social na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP) e Professora de História efetiva do município de São Paulo. E-mail: analuisa.pisani@usp.br

Introdução

É preciso escutar o silêncio.

A epígrafe demonstra um aparente paradoxo; afinal seria possível escutar o silêncio? Ou ainda qual seria o proveito de atentar-se a uma privação de sons, sons que aqui adquirem o sentido de palavras, e mais além, de histórias. Ao longo da historiografia muitos(as) historiadores(as) perpassaram por tais questionamentos ao depararem-se com a ausência de muitos sujeitos na história, e dentre estes sujeitos, as mulheres. Seriam as mulheres sujeitos secundários na história, ademais, sua presença teria ocorrido de forma arbitrária, partindo-se do pressuposto da ideia de exceções da história?

A escritora Chimamanda Ngozi Adichie em sua célebre comunicação, publicada sob o mesmo título “O perigo de uma história única” (2019), exemplifica a problemática acima, destacando o projeto de dominação existente por detrás da exclusão de histórias e conseqüentemente sujeitos. Sujeitos estes cujas vozes personificadas na passagem de suas próprias histórias foram e são silenciadas. Adichie não aborda apenas o ato de exclusão destas histórias, mas especialmente o modo como são também contadas, remodelando contextos e ações e ao fazê-lo generalizando e classificando culturas (ADICHIE, *op. cit.*, p. 23-25).

Em seus estudos quanto à escrita da história Paul Veyne já pontuou a “natureza lacunar” que a história apresenta, destacando que muitas omissões são perpetuadas pelos livros por conta do desconhecimento e escolhas quanto ao registro de determinado passado (VEYNE, 2014, p. 26-27). Escolhas estas que estão na base da relação entre as escritas e as memórias coletivas. Outrossim, evidencia-se que a escrita e a metodologia da História passaram por variadas modificações, buscando direcionar-se a diferentes propósitos.

Tais finalidades jamais devem ser compreendidas enquanto neutras, sendo que a intencionalidade quanto ao recorte, o tipo de documentação selecionada para estudo, acabam por definir o modelo de história a ser divulgado. No decurso do século XX, a

Escola dos Annales ou “movimento dos Annales”, conforme elucida Peter Burke em referência à pluralidade de concepções dos integrantes do movimento (BURKE, 2010, p. 13), teve um papel importante ao propor o estudo de diferentes abordagens, fontes e temas. Neste contexto, passou-se a compreender que para permitir que novas personagens tivessem atuação nas narrativas da história, seria preciso considerar a análise dos registros de suas próprias impressões. E tais registros não se encontravam apenas no escrito, até então considerado como a única possibilidade que daria “autoridade” à história.

Portanto, fez-se necessário utilizar novos caminhos em que ao mesmo tempo buscassem o uso de múltiplas fontes, reformulando a própria noção de autoridade. A este respeito, muito contribuiu Marc Bloch, sublinhando a necessidade da ampliação das fontes e métodos quanto ao estudo e registro da história (BLOCH, 2001, p. 80). Entretanto, apesar destas revisões que procuraram abarcar um número consideravelmente maior de fontes históricas, e conseqüentemente de sujeitos, a visibilidade das mulheres enquanto agentes transformadoras e, portanto, produtoras de fazeres e saberes que impactaram na dinâmica histórica pouco aparecem se levarmos em conta o protagonismo nas narrativas.

Michelle Perrot já criticava o fato de os estudos históricos não promoverem o destaque da relevância do feminino e, por muitas vezes, excluí-lo da participação histórica, denunciando a prática de colocá-las como “meras coadjuvantes” (PERROT, 2017, p. 197). Neste âmbito, observou-se que os homens, estes que inclusive na língua portuguesa se atrelaram ao sentido de “humanidade” ante a passagem do conhecimento histórico, perpetuaram sua predominância na escrita ativa.

E o domínio desta escrita pelos homens é que incutiu silêncios a vozes, ausências a presenças, descaracterizando contextos e ações ao longo do tempo, apresentando deste modo um passado sem troca, um passado essencialmente masculino e, pois, misógino. A luta pela escrita, ou ainda pela reescrita, movimenta-se em direção ao papel e lugar que a memória coletiva reserva aos diferentes sujeitos.

Jacques Le Goff já apontava que o peso, o poder da memória se atrela no mesmo sentido ao de sua própria destruição, uma vez que as escolhas, estas já apontadas

enquanto potencializadoras na narrativa histórica em Veyne, são a causa primeira do apagamento ou da presença de determinados grupos sociais (LE GOFF, 2003, p. 437). Neste contexto, a luta por uma escrita histórica que seja realmente representativa de uma sociedade, de uma cultura, torna-se justamente a luta pelo espaço na memória. Isto é, não na referência da lembrança em si, aqui compreendida enquanto narrativas, mas do discurso analítico ao qual deriva a conservação dos acontecimentos experienciados pela pluralidade das pessoas.

Sob este aspecto, Antonie Prost, em sua obra “Doze lições sobre a história” (2014) apresenta o campo da memória como distinto, mesmo que não dissociado, ao do fazer histórico. Conforme pontua, na produção do conhecimento histórico entra-se em contato com esse universo da recordação, dos registros tão múltiplos quanto as próprias fontes para pesquisa. Entretanto, a memória carrega sentimentos, visões particulares, culturais específicas. Assim, a elaboração do trabalho dos(das) historiadores(ras) perpassa pelas memórias, mas tal dimensão deve ser entendida dentro de uma perspectiva analítica, não sendo a história a mera constituição e reprodução de memórias (PROST, op. cit., p. 106). Por conseguinte, a tarefa que se interpõe trata de reaver sim essas memórias femininas, mas essencialmente buscar articulá-las não apenas às narrativas históricas, mas à participação ativa na produção do conhecimento.

Em seguimento, Maxime Rovere apresenta o conceito de “arqueofeminismo”, salientando a necessidade de rever e observar a forma como as mulheres são colocadas em diálogo com a história. Rovere denuncia como o estudo do passado é desenvolvido a partir de um ideário “uniformemente masculino”, como se a presença das mulheres não existisse ou, ainda, fosse secundária (ROVERE, 2019, p. 8). Segundo seu pensamento seria, portanto, fundamental resgatar as fontes que sejam de autoria feminina, possibilitando estudos e sua consequente inserção na trama histórica.

É indispensável ressaltar que por diálogo compreende-se a concepção de igualdade de importância no estudo discursivo das fontes, mesmo que por muitas vezes o feminino apenas se apresente em uma concepção de opressão, o que caracteriza precisamente a própria marginalização da presença feminina na história. Conforme apontou Perrot, a representação das mulheres enquanto submissas ou oprimidas não é

suficiente para apresentar a sua história (PERROT, op. cit., p. 224). Deste modo, não se pretende apenas sobrepor-se aos discursos, mas colocá-los em contato, uma vez que os processos históricos desenvolvem-se através das tensões ante os gêneros.

Sob esta perspectiva defende-se que a escrita da história seja feita considerando-se a categoria gênero, conforme os apontamentos de Joan Scott, que sublinha o quanto as experiências de homens e mulheres são imbricadas. Em seu famoso artigo “Gênero: uma categoria útil de análise histórica” (SCOTT, 1995), aponta que a interpretação de uma “história das mulheres” como separada da dos homens, ou apenas como um adendo à história tradicional masculina, não proporciona de fato a visibilidade da autonomia e potência do feminino.

Deste modo, essa postura acaba por enfatizar a distância ante a produção histórica entre os sexos, como se a força que impera os movimentos de mudança no curso da história fosse possível somente pelas realizações masculinas, sendo o feminino novamente marginalizado. Outro ponto abordado pela autora em questão é em relação ao tipo de narrativa histórica em que se reserva certa visibilidade feminina. Em virtude destas separações, as mulheres manifestam-se nas pesquisas em temas circunscritos ao âmbito doméstico, familiar, sexual, como que em detrimento a questões de ordem política e econômica (SCOTT, op. cit., p. 74).

Portanto, conforme abordado por Scott, a utilização da categoria gênero na escrita e análise histórica objetiva salientar a construção social e cultural dos atributos e papéis entre os sexos, possibilitando debater não apenas as relações de poder instituídas e, portanto, passíveis de desconstrução, mas especialmente considerar que não há como separar o diálogo entre os sexos na trama histórica. Assim, ao se deparar ante um discurso do masculino sobre o feminino, ou ainda de uma escrita que viabilize apenas vozes masculinas, é necessário “ler a contrapelo”, parafraseando Walter Benjamin (BENJAMIN, 2012, p. 245), uma vez que as ausências, em última instância, também são indicativos de uma presença.

História e Gênero

Neste ponto, sob a perspectiva das considerações do presente debate, exemplificam-se as problematizações a partir da ambiência medieval. O estudo da história possibilita a compreensão do quanto é possível voltar no tempo e defrontar-se com problemas que aparentam ser decerto contemporâneos. Ou, além, surpreendendo ao constatar-se do quanto determinadas barreiras ainda precisam ser derrubadas para que se avance, superando preconceitos passados. Christine de Pizan (c. 1364 - c. 1430), poeta e filósofa franco-italiana, lutou contra a marginalização do protagonismo e, portanto, do poder do feminino. Diante de tal intento, utilizou para o embate um campo profundamente masculino de seu tempo: a escrita.

Escrita esta que não se resume na possibilidade do letramento, do entendimento ou da participação tímida nas demandas do cotidiano. Mas, antes uma escrita qualificada, dominada e divulgada. Sendo incentivada por seu pai, Thomas de Pizan (1310 - c. 1389), o qual era conhecido por seu notório saber na Universidade de Bolonha, tornou-se médico e astrólogo da corte de Carlos V (1338-1380), Christine obteve assim uma respeitável formação intelectual, tendo acesso inclusive à biblioteca real.

Porém, a “roda da fortuna”, a como se refere alegoricamente aos reveses da vida, pode surpreender e trazer dificuldades, mas também oportunidades não almejadas a princípio. De início, pode-se destacar de forma breve que Christine obteve acesso a uma educação diferenciada e ao casar-se em 1380 com Étienne de Castel, secretário do rei, continuou inserida em um ambiente cortês, o que lhe proporcionava considerável conforto e prestígio.

Entretanto, como apontado, a roda da fortuna é traiçoeira, e prega uma série de mudanças na vida de Pizan. De início, ocorre a morte do rei Carlos V em 1380, seguida da morte de seu pai em 1389 e a de seu marido, Étienne de Castel, em 1390.² Após esta série de acontecimentos, e com três filhos sob seus cuidados, Christine se dedica

² Os dados biográficos foram retirados do estudo “An Introduction to Christine de Pizan”, de Nadia Margolis. In: MARGOLIS, Nadia. *An Introduction to Christine de Pizan*. Série: New Perspectives on Medieval Literature: authors and traditions. EUA: University Press of Florida, 2012, p. XIX-XX.

plenamente aos estudos, realizando escritos que abarcam variados gêneros literários.³ Suas produções fizeram sucesso na alta corte francesa e, desta maneira, Christine de Pizan debateu, em parte, o espaço das mulheres na sociedade de seu tempo.

Para compreender os enfrentamentos de Pizan, basta lembrar que no seu contexto os homens detêm a palavra e a política. Neste ponto, Christiane Klapisch-Zuber, assinala que o distanciamento dos religiosos ante o universo feminino também contribuiu para a imposição de um ideário negativo da atuação das mulheres na história, proporcionando assim estigmatizações quanto aos seus vícios e possíveis imperfeições (KLAPISCH-ZUBER, 1993, p. 16). Imperfeições muitas vezes tidas como “naturais” e, portanto, inerentes ao sexo feminino.

Algumas clássicas referências medievais como o comparativo entre Eva⁴ e Maria, respectivamente compreendidas enquanto o símbolo do pecado e, em seguida, como a redentora do ser feminino, eram discursos que procuravam generalizar o lugar do feminino. É importante ressaltar que embora Maria apareça em uma posição que contemple prestígio, ela também representa o inatingível, distanciando deste modo, em contrapartida, as possibilidades femininas de uma referida ascensão no que tange às suas virtudes. Isto é, seria um modelo de exceção, inatingível reforçando destarte a visão de um inerente pecado.

É justamente neste campo de discussão das virtudes que Pizan irá desenvolver a sua proposta argumentativa. Seriam as mulheres menos virtuosas que os homens? Somente os homens poderiam almejar posições de poder e sucesso? Tais reflexões se impuseram desde cedo, pois a “fortuna” mudou seus paradigmas trazendo à tona novos enfrentamentos. Por conseguinte, conquistando o direito à palavra, Christine participa

³ Christine escreveu um pouco mais que 40 obras, tendo iniciado sua carreira literária entre 1394-1402, com poesias, e posteriormente em prosa com “Cartas de Otea a Héctor” (1400-1401). Seus trabalhos abarcam temas sociais, filosóficos e políticos. Alguns de seus trabalhos mais famosos são: “O Caminho de Longo Estudo” (1402-1403); “O Livro da Mutação da Fortuna” (1403), “O Livro dos Feitos e Bons Costumes do Sábio Rei Carlos V” (1404), “A Cidade das Damas” (1404-1405), “O Livro das Três Virtudes ou o Ensino das Damas” (1405-1406), “O Livro do Corpo Político” (1404-1407) e o poema dedicado a Joana d’Arc, “Diti  de Joana d’Arc” (1429). In: MARGOLIS, op. cit., p. XIX-XXIII.

⁴ A despeito de Eva ser colocada como oposi o direta ao modelo de Maria, Jacques Le Goff ponderou que Eva, por ser uma figura simbólica, e, portanto, primordial para a Igreja, não se refere a um ideal absolutamente negativo de feminino, pois assume importante participa o na história religiosa. In: LE GOFF, Jacques. *Uma longa Idade Média*. Rio de Janeiro: Civiliza o Brasileira, 2013, p. 119/120.

da “querela das mulheres”, em que dentre outros pontos, critica a publicação do “Romance da Rosa”,⁵ um poema que depreciava as mulheres.

Neste ínterim, Christine se organizou de forma a combater esta visão e registro misógino. Vale destacar, que seu trabalho mais conhecido e comentado foi “A Cidade das Damas” (1404-1405)⁶, em que utiliza a alegoria da cidade para demonstrar a virtude e a força das mulheres, assim como legitimar a possibilidade de organização e poder femininos. Nesta cidade de mulheres, Christine se volta a inúmeros exemplos, da hagiografia e mesmo da mitologia para destacar a competência das mulheres, sua presença na história enquanto atuante e determinante em variados contextos. E, além destes pontos, afirmar a racionalidade do ser feminino, cuja razão era constantemente colocada em dúvida.

Sob este ambiente combativo, Christine dedicou-se a escritos de caráter político, cujo campo também se apresentava como essencialmente masculino. Deste modo, as barreiras que Christine propôs abater foram múltiplas. A partir da conquista da palavra, Christine demonstrou o interesse em explorar essa arena, e entre os anos de 1404-1407, Christine apresentou a obra intitulada de “O Livro do Corpo Político”, a qual reflete os anseios de uma sociedade organizada e virtuosa, exaltando as condutas corretas de um bom governante.

Tal obra se pauta na proposta do gênero literário “espelho dos príncipes”, cujo objetivo é exatamente passar bons conselhos aos governantes, constituindo em verdadeiro espelho de boas atitudes. Neste ponto, constata-se que outro empecilho

⁵ O “Romance da Rosa” é um poema francês medieval do século XIII, cuja primeira parte foi escrita por Guilherme de Lorris (c. 1200 - c. 1238), exaltando o amor cortês. Porém, deixando-o incompleto, sua segunda parte será escrita por Jean de Meun (c. 1240 - c. 1305) que concluirá o poema sob um viés totalmente diferente, buscando menosprezar as mulheres. Neste contexto, Christine de Pizan irá combater este estereótipo negativo contido também em outros escritos, como em “As lamentações de Mateolo”, do século XIV, ambas citadas em sua famosa obra “A Cidade das Damas”, enquanto exemplos de “boatos vergonhosos e visíveis mentiras”. In: PIZÁN, 2000, p. 67.

⁶ Este trabalho de Christine de Pizan se tornará inspiração para escritos posteriores, de viés feminista, como é o caso do livro “Herland: A Terra das Mulheres”, de Charlotte Perkins Gilman.

enfrentado por Pizan foi este, em que ousou escrever sob este gênero literário, o qual demonstra a conquista de sua autoridade enquanto escritora.⁷

Apesar deste gênero literário demandar certa “humildade” no endereçamento dos conselhos por parte dos autores, uma vez que os conselhos nele contidos eram endereçados a nobres, príncipes, Christine não deixou de registrar logo no início sua crítica ao apontar o descontentamento dos homens em relação à impossibilidade feminina de não conseguir “silenciar a abundância de seus próprios espíritos” (PIZAN, 2007, p. 3). Justamente por não silenciar, Pizan ousa escrever e, ao fazê-lo, demonstrar o seu espaço.

Nesta obra em questão Christine utiliza a imagem do corpo humano para exemplificar o seu ideal de sociedade e a interligação entre todo o organismo, visando o seu bom funcionamento. Tal modelo já utilizado por Plutarco (c. 46 - 120), conforme registrado na obra, objetivou demonstrar que cada grupo da sociedade possuía o seu papel e o quanto a atuação nestes papéis poderiam influenciar todo o corpo.

O livro é dividido em três partes, observando-se o ideal de Christine quanto à divisão da sociedade de seu tempo, sendo a primeira parte referida aos príncipes, a segunda aos cavaleiros e nobres e a terceira, e última às “pessoas comuns”. Neste contexto alegórico, Christine desenvolve a sua teoria política de sociedade ideal, partindo da imagem da cabeça do corpo, perpassando todos os membros até os pés, para demonstrar a perspectiva de união e importância de toda a sociedade na manutenção da ordem social. Deste modo, a cabeça seria associada ao príncipe, para indicar que a condução seria do governante, sendo a racionalidade altamente requerida.⁸ Embora Christine promova conselhos a toda a sociedade, compreendendo-

⁷ O livro é dedicado a Luís, Delfim da França (1397-1415). Outras obras como “O Livro de Feitos e Bons Costumes do Rei Carlos V” (1404) e “O Livro de Feitos de Armas e Cavalaria” (1410), podem também ser observados enquanto temas literários pouco comuns às mulheres.

⁸ Segue abaixo a nomeação dos capítulos que compõem a primeira parte da obra:

Primeira Parte: Príncipes

Cap. 1: O primeiro capítulo dá a descrição do Corpo Político

Cap. 2: Descrição do quão virtuosa a felicidade é simbolizada

Cap. 3: Conta-se como se deve educar a criança do príncipe

Cap. 4: Sobre o tipo de pessoa que deve ser confiada para governar as crianças do príncipe

Cap. 5: As exortações que se devem fazer para as crianças dos príncipes

Cap. 6: Aqui se conta o que o jovem príncipe deve fazer quando começa a governar

a enquanto um único corpo, a parte mais extensa, a qual constitui o foco da obra é justamente a primeira parte, cujos conselhos partem desde a infância do príncipe até as formas de bem governar através da virtude.

Na sequência, descreve as mãos e os braços, como atributos de movimento e força dos nobres e cavaleiros, objetivando a defesa da ordem e da política. Nesta parte, é colocado que embora os estados difiram em seu modo de vida, sendo que aquilo que seria apropriado ao príncipe não o é para o nobre e reciprocamente, todos devem amar e temer a Deus acima de tudo, cuidar do bem comum, preservar e amar a justiça, o que é sábio e bom e governar sob seus conselhos, isto é, através do exercício das virtudes (PIZAN, op. cit., p. 58-59). Para este grupo em particular Christine pontua as qualidades

-
- Cap. 7: O sábio aviso que é adequado ao príncipe jovem
 - Cap. 8: A observância através de Deus e através da lei que o príncipe deve praticar
 - Cap. 9: Como um bom príncipe deve se assemelhar a um bom pastor
 - Cap. 10: Sobre o mesmo assunto
 - Cap. 11: O amor que o príncipe deve ter quanto aos seus assuntos
 - Cap. 12: Exemplos de obras antigas das ideias acima
 - Cap. 13: A razão pelo qual Valerius é tão regularmente citado neste livro
 - Cap. 14: Sobre a liberalidade em príncipes e exemplos dos Romanos
 - Cap. 15: Sobre a piedade humana no príncipe
 - Cap. 16: Sobre a clemência e a boa natureza que o príncipe precisa ter
 - Cap. 17: Novamente sobre a boa natureza e como a fortuna pode mudar
 - Cap. 18: Como o bom príncipe não deve se orgulhar de nenhuma fortuna
 - Cap. 19: Como o bom príncipe deve amar a justiça
 - Cap. 20: O que os conselheiros do príncipe devem fazer
 - Cap. 21: Como um bom príncipe, apesar de ter boa natureza e bondade, deve ser temido
 - Cap. 22: Como o bom príncipe deve usar o bom conselho do sábio
 - Cap. 23: Como o bom príncipe deve observar as ações de seus oficiais
 - Cap. 24: O melhor vem quando o príncipe segue o aviso do sábio
 - Cap. 25: Como os antigos se governavam através da filosofia
 - Cap. 26: Como é conveniente para o príncipe ser prudente e sábio na eloquência
 - Cap. 27: Como é conveniente para o príncipe ter um bom comportamento
 - Cap. 28: Como o bom príncipe deve ser diligente e se ocupar das necessidades de seu país
 - Cap. 29: Como o bom príncipe deve amar e honrar os senhores e seus cavaleiros
 - Cap. 30: Como o bom príncipe deve evitar a luxúria
 - Cap. 31: Como o bom príncipe deve governar a si mesmo
 - Cap. 32: Como é apropriado para o bom príncipe ter sua recreação em qualquer diversão honesta depois de grande trabalho
 - Cap. 33: Como o bom príncipe que sabe que faz seu dever em toda virtude deve razoavelmente desejar louvor e glória
- (Tradução própria - In: PIZAN, 2007).

de um bom guerreiro, cuja preparação deve ocorrer desde a tenra infância, incitando a prática da coragem e da obediência, conquistando destarte uma vida honrada.⁹

Por fim, os pés e as pernas, como sustento do corpo, representariam os trabalhadores e demais pessoas.¹⁰ Nesta última parte da obra a imagem do corpo humano é novamente retomada, salientando-se a importância de cada parte e seu

⁹ Segue abaixo a nomeação dos capítulos que compõem a segunda parte da obra:

Segunda Parte: Sobre Cavaleiros e Nobres

Cap. 1: O primeiro capítulo descreve como estes nobres são as armas e as mãos do corpo político

Cap. 2: Como os antigos nobres educavam suas crianças

Cap. 3: Exemplos dos ensinamentos que os antigos davam para suas crianças

Cap. 4: Como os antigos nobres cavaleiros promovem os jovens que tinham ensinado

Cap. 5: Como existem seis boas condições que são necessárias para os nobres e cavaleiros, e a primeira das seis

Cap. 6: Mais sobre a primeira boa condição

Cap. 7: Sobre a segunda condição

Cap. 8: Mais sobre o mesmo assunto e exemplos romanos

Cap. 9: Sobre a terceira boa condição que cavaleiros e chefes devem ter

Cap. 10: Sobre o mesmo assunto, com exemplos

Cap. 11: Sobre o mesmo assunto com mais exemplos

Cap. 12: Exemplos de valorosos cavaleiros

Cap. 13: Sobre a quarta boa condição que valorosos homens militares devem ter

Cap. 14: Sobre a quinta boa condição que um nobre soldado deve ter

Cap. 15: Sobre o mesmo assunto e como nos velhos tempos foi honrado o cavaleiro de acordo com seus méritos

Cap. 16: De que forma a luxúria e o prazer são frequentemente a causa de tumultuar de longe o alcance da honra e do valor

Cap. 17: Como os antigos recompensam os bons atos dos bons de acordo com seus méritos, e sua honra que lhe foram dadas

Cap. 18: Que fala da sexta condição que nobres soldados devem ter

Cap. 19: Da sabedoria que o cavaleiro deve usar nas armas

Cap. 20: Mais exemplos da sabedoria da astúcia em armas

Cap. 21: Sobre o mesmo assunto

(Tradução própria - In: PIZAN, 2007).

¹⁰ Segue abaixo a nomeação dos capítulos que compõem a terceira parte da obra:

Terceira Parte: Sobre as Pessoas Comuns

Cap. 1: O primeiro capítulo discute como os estados devem se unir e caminhar juntos

Cap. 2: Sobre as diferenças entre as várias pessoas

Cap. 3: A obediência para com o príncipe que as pessoas devem ter

Cap. 4: Aqui nós começamos a discutir o terceiro estado das pessoas, e primeiro, clérigos estudando os ramos do conhecimento

Cap. 5: Mais sobre o mesmo assunto

Cap. 6: Sobre o segundo estado das pessoas, que são os burgueses e os mercadores

Cap. 7: Como o sábio burguês deve aconselhar as pessoas simples sobre o que elas devem fazer

Cap. 8: Sobre os mercadores

Cap. 9: A terceira classe de pessoas

Cap. 10: Sobre os simples trabalhadores

Cap. 11: Christine conclui seu livro

(Tradução própria - In: PIZAN, 2007).

respectivo trabalho, e a obediência e reverência ao príncipe. Christine divide esta última parte do livro, direcionando seus conselhos de acordo com o estado pertencente a cada indivíduo, sendo o primeiro os clérigos, os quais deveriam especialmente se dedicar ao conhecimento, o segundo os burgueses e os mercadores, que devem seguir as leis, a honra e a sabedoria, em suma, serem honestos, e o terceiro, se refere aos simples trabalhadores, os quais apesar da opressão denunciada, realizam ofícios essenciais, sendo que a felicidade se encontra justamente na simplicidade, conforme ressalta a autora.

É importante salientar que apesar do modelo de sociedade de Christine ser tradicional, o modelo difere de certo modo da divisão entre oradores, bellatores e laboratores. Christine não dedica um lugar exclusivo em sua narrativa aos religiosos em sentido de governança, sendo que estes não escapam à duras críticas, como no alcance de vantagens na promoção de cargos, os quais são acessados sem real merecimento (PIZAN, op. cit. 12-13). Neste intento, no quinto capítulo “As exortações que se devem fazer para as crianças dos príncipes”, da primeira parte da obra, Christine destaca a imortalidade do próprio governante, pontuando que “[...] ele é tão mortal quanto qualquer um”, e, desta forma, sujeito às adversidades, o príncipe é também carne (PIZAN, op. cit, p. 10-11). Apesar disso, não significa que Christine desconsidere o papel religioso ou do rei enquanto necessários, sendo que seus conselhos incluem os ritos religiosos, considerando a influência da dimensão espiritual.

Outro ponto a destacar é que em relação aos trabalhadores, ao povo, Christine adota uma postura de defesa, apontando como primordial o seu papel enquanto “cultivadores da Terra”, pautando-se na narrativa bíblica para exaltá-los ao mesmo tempo que denuncia a opressão a que se encontram submetidos (Pizan, op. cit., p. 107). É através desta estrutura corporal que Christine elabora sua teoria quanto a sociedade ideal, embasando-se nas virtudes cardeais (prudência, justiça, fortaleza e temperança), para transmitir a característica da boa governança. Portanto para Pizan, a felicidade somente seria alcançada a partir das virtudes, tanto no plano individual quanto coletivo.

Para sustentar seu argumento, Christine se fundamenta novamente em imagens, histórias proporcionando-lhe apoio ao desenvolvimento de seu pensamento. Deste

modo, Christine descreve a felicidade como uma rainha sentada em um trono real, com as virtudes dispostas ao seu redor, aguardando os seus comandos. Em seguida, apresenta a função de cada virtude, sendo a prudência requerida para a manutenção da saúde, proporcionando um reinado duradouro; a justiça, responsável pelas leis e consequentemente a paz; a fortaleza, clamada quando houver momentos de dor e a temperança que regula os desejos condicionando à justa moderação (PIZAN, op. cit., p. 5).

Com isso conclui que ser virtuoso pode resumir-se em atrair o bem e afastar tudo o que é mal, advertindo que os bens mundanos, como as riquezas, prazeres não levariam à verdadeira felicidade, pois esta somente seria possível ao se trilhar um caminho virtuoso. Como apoio ao seu conselho, cita Santo Agostinho (354-430) e a sua afirmação de que a felicidade advém justamente do exercício das virtudes.

É precisamente neste aspecto do argumento do exercício da virtude que Christine irá, nas obras em questão, defender o poder do feminino, uma vez que a virtude pode ser constatada tanto em homens quanto em mulheres. Em diálogo com a obra anterior “A Cidade das Damas”, percebe-se que a defesa do poder do feminino parte do físico para o espiritual, objetivando legitimar um lugar de prestígio do feminino. Assim, o questionamento inicial se dá a partir do próprio exercício da racionalidade, em que as damas da Razão, Retidão e Justiça representam a afirmação de que a interpretação de que as mulheres são inferiores aos homens é falha, visto que além das virtudes, as mulheres também possuem o atributo da racionalidade.

Christine pondera que se as mulheres pudessem ter a sua disposição o acesso a uma educação mais formal, como seria o seu próprio caso, estas teriam as mesmas condições que os homens em termos de desenvolvimento. Entretanto, Christine não rompe totalmente com os ditames da época, pois apresenta uma noção de que as mulheres têm um lugar definido na sociedade, relacionado à divisão clássica entre o público e o privado, sendo o espaço do privado colocado como feminino e o público, como o ambiente masculino em essência. Tal constatação pode se apresentar como paradoxal, mas é preciso compreender que Christine está inserida em uma época em

que não se permite bruscas rupturas, apesar da sua luta por maior reconhecimento e respeito às mulheres.

Retornando à discussão da defesa de Christine ante o campo do material (corpo físico) e espiritual (virtudes), Christine volta-se novamente à própria narrativa bíblica da criação, para defender que Deus e a Natureza não teriam como criar um ser inferior, propenso ao vício. E neste ponto, acrescenta Christine que Deus não criou o corpo a sua semelhança, mas sim a alma, logo as mulheres seriam dotadas das mesmas faculdades primordiais que os homens, não sendo a diferença corporal um diferencial ante a concepção de virtude e racionalidade (PIZAN, 2012, p. 81-82).

A este exemplo, ainda na mesma obra (“A Cidade das Damas”), Christine apresenta a força das mulheres, que mesmo que fisicamente mais fracas, compensaram através das estratégias e até superaram tais limites, como o caso das Amazonas. Estas teriam formado um reino sem a tutela masculina, demonstrando-se grandes guerreiras, sendo exemplares no comando e organização de seu território. Neste âmbito, as Amazonas também acabam por se tornar uma ponte para o próprio discurso de autoridade em Christine, uma vez constatada a existência de mulheres guerreiras na história, estas também poderiam escrever e opinar sobre a arte da governança, como a própria autora o faz.

Logo, apesar de as mulheres não participarem ativamente da política, estas não deveriam ser subestimadas quanto a sua inteligência ou mesmo competência, uma vez que ao longo da história haveria inúmeros exemplos de governos femininos. Portanto, a ausência das mulheres neste campo político seria fruto de uma organização particular que promoveu uma divisão quanto as atividades entre os sexos.

Embora esta divisão possa ser analisada enquanto distante de um ideal igualitário no sentido de estimular diretamente uma participação feminina e que estas teriam as mesmas aptidões, é necessário manter em perspectiva que as barreiras são derrubadas paulatinamente por Pizan. Isto é, apesar de não ser possível ter uma posição, pelo menos em termos de registro, mais enfática quanto à possibilidade de participação mais ativa na sociedade, Christine não deixa de lutar por este espaço.

Entrementes, Christine participa deste processo de ressignificação do corpo feminino, e, portanto, do corpo político feminino. A mulher não sendo inferior e com direito a seu sexo, e a sua palavra, uma vez que as mulheres não saberiam silenciar “seus espíritos”, conforme assinala, podem incorporar a sociedade de outra maneira. Diferentemente da compreensão aristotélica que observava a política enquanto atributo e criação dos homens, Christine irá exaltar que Ceres,¹¹ seria a responsável por trazer a civilização, e, portanto, a política às comunidades, por exemplo.

Em diálogo com Roberta Findanzia, percebe-se justamente o intento de reelaboração da história e da política em si, ao demonstrar que sem os conhecimentos de Ceres, os homens citados no sentido de gênero e não de humanidade, não poderiam ter fundado a cidade em si, sendo esta fundação e a da própria política, resultado da atividade e protagonismo do feminino (FINDANZIA, 2012, p. 43/44). Neste sentido, a proposta de construção de uma “cidade das damas” pode também ser compreendida enquanto uma afirmação não apenas da participação feminina em sua arquitetura, mas naquilo que proporciona o seu real funcionamento: a política.

Deste modo, Christine conduz a narrativa de maneira a evidenciar as possibilidades de atuação do feminino na sociedade, negando os preconceitos proferidos pelos homens e direcionados ao sexo feminino. Além da análise sobre a questão da natureza da mulher, Christine também se debruça através da narrativa clássica que propõe colocar a mulher como o início e culpa do pecado e a consequente expulsão do Paraíso.

A proposta de reflexão de Christine, como já colocado anteriormente, se baseia na ressignificação da participação feminina na história. A obra de Pizan, e especificamente, a construção da ideia de corpo político e da própria política em si, é em última instância uma releitura da sua sociedade e da respectiva organização sexual binária. No que concerne à ideia de pecado original que propõe evidenciar a mulher enquanto causa do pecado e da indução ao erro em Adão, Christine propõe interpretar de forma diversa. Pizan reformula o direcionamento, evidenciando o papel de Eva

¹¹ Christine designa Ceres como a rainha da Sicília na Antiguidade. In: PIZAN, 2012, p. 140.

enquanto resultado da união entre o reino dos homens junto a Deus. Além deste ponto, exalta o exemplo de Maria na redenção e elevação dos seres humanos, modelo este que evidenciaria a importância do feminino na história e na construção de uma sociedade virtuosa cristã.

Ao exemplificar o papel feminino na história da redenção através da história de Maria, Christine procura através desta fala evidenciar o papel de destaque no tocante às virtudes femininas. E para tal Christine irá utilizar em seu discurso não apenas a resignificação da história, como demonstrado no exemplo de Eva, mas a própria reafirmação do papel feminino de Maria enquanto àquela que representou o caminho pelo qual o culto aos deuses foi abolido, permitindo, portanto, a própria instalação do Cristianismo.

Porém, como colocado anteriormente, Christine conhecia muito bem as vozes que procuravam inferiorizar as mulheres, adotando como estratégia resignificar essas falas, a exemplo de Eva e mesmo Maria. Para Christine, Eva e Maria possuem participação ativa e importante na história, direcionando a humanidade a partir de seus atos e escolhas, interferindo, portanto, no decurso dos fatos históricos e na vida cotidiana dos cristãos.

É importante enfatizar que Christine, apesar de um direcionamento às críticas sociais, destacadamente em relação às mulheres, não chega a propor um rompimento com as ideias já muito sedimentadas do espaço de cada indivíduo e de suas possibilidades ante esta estrutura. Verifica-se que mesmo em sua célebre e já citada obra “A Cidade das Damas”, Christine não se propõe a abandonar todo o tradicionalismo medieval, sendo valioso lembrar que todo(a) autor(a) é fruto de seu tempo, e embora possa explorar os limites de sua realidade em certo sentido, a dimensão discursiva temporal se interpõe, uma vez que determinados questionamentos serão posteriores.

Por este motivo que há grande debate em considerar Christine uma das “primeiras feministas”, mesmo que se desconsidere o anacronismo do termo e se detenha na ideia de representatividade. Logo a autora apresenta ideias que poderiam se distanciar do que se consente como um ideal tanto de governo, quanto do lugar social cujas mulheres deveriam ocupar. Apesar de expor que as mulheres não seriam de modo

algum menos virtuosas que os homens e, que elas teriam sim um espaço político, isto não significa que este lugar seja exatamente o que as feministas lutaram e lutam por alcançar. Isto é, é um espaço limitado se compararmos com as pautas atuais, como o acesso à educação. Em “A Cidade das Damas” ou mesmo no “O Livro do Corpo Político”, Christine compreende que se as mulheres pudessem ter acesso a mesma formação que os homens, estas se destacariam em igualdade, mas não coloca esta pauta como uma possibilidade para a sociedade em geral, circunscrevendo-se na tradição.

Sob esta perspectiva, se feminismo for analisado enquanto a busca pela igualdade completa entre homens e mulheres, em torno de um movimento organizado, não seria possível classificar Pizan enquanto pioneira de tal pauta. Beatrice Gottlieb em um estudo denominado de “O problema do feminismo no século quinze” (GOTTLIED, 1985), problematiza justamente este ponto que aparentam convergir ao contraditório, utilizando-se de um parâmetro contemporâneo. Contraditório, pois ao mesmo tempo que propõe demonstrar que a natureza feminina se iguala quanto à potência das virtudes, não sendo esta mais propensa ao vício, por outro lado, não apresenta uma real modificação da estrutura social que hierarquiza os gêneros.

Portanto, Gottlieb indica que classificar Christine enquanto feminista dependerá do entendimento de feminismo. Se o termo feminismo for utilizado no sentido de indicar que Christine adverte que as mulheres deveriam ter mais espaço de atuação na história, defendendo-as, então seria possível indicar este pensamento. Entretanto, se feminismo for empregado em um sentido de igualdade plena, com mudanças significativas nas estruturas sociais, então a concepção de feminismo não surgiu até o século XIX, conforme pontua a autora em questão (GOTTLIEB, op. cit., p. 359/360).

Perante esta conjuntura, mesmo que Christine não possa ser identificada a partir de uma proposta feminista de acordo com os termos mais modernos,¹² seus escritos ressoam ainda na atualidade e servem de parâmetro para uma paulatina mudança

¹² Beatrice Gottlieb sublinha outrossim o fato de as mulheres “se recusarem a aceitar insultos e desprezo em silêncio”, poder ser considerado enquanto “um tipo plausível de feminismo”, as quais se percebem compartilhando problemas comuns. In: GOTTLIEB, p. 346.

quanto à percepção e enfrentamento de uma estrutura social binária, uma vez que Pizan ousou escrever e debater sobre a sua sociedade.

A memória que permeia seus escritos não constitui de fato apenas um recurso para dar legitimidade à potencialidade das mulheres, e em consequência, à própria autoridade de escrita, mas exerce também um papel pedagógico, caráter esse contido implicitamente em alguns gêneros literários escolhidos, como o “espelho dos príncipes”. A narrativa dos eventos que se passam em sua vida, são exemplos vivos e, portanto, do presente, quanto à força e à competência feminina. Em Christine há o desejo inclusive de que seus escritos tenham alcance, assim como o de muitas autoras femininas, o que é alvo de reflexões na atualidade, uma vez que se herdou o silêncio ou muitas vezes buscou-se pormenorizar as contribuições femininas, ausentando-as de um real diálogo ante os eventos históricos. A problemática é demonstrada pelas raras traduções dos trabalhos de Christine de Pizan no Brasil¹³ e talvez pela necessidade de maior impulso em suas pesquisas. A memória histórica, passa, como Georges Duby pontuou, muitas vezes pela materialidade dos escritos (DUBY, 2011, p. 196), dessarte a importância do acesso à literatura feminina, para que seja possível escutar as vozes que foram relegadas ao silêncio.

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. O perigo de uma história única. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

BENJAMIN, Walter. Magia e Técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 2012.

¹³ São conhecidas poucas obras que foram traduzidas para o português brasileiro, entre elas, destaco a obra “A Cidade das Damas” e o poema dedicado a Joana d’Arc, analisado em uma Dissertação de Mestrado. Referências:

- PIZAN, Christine de. *A cidade das damas*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2012.

- RIBEIRO, Nathalya Bezerra. *Traduzindo Le Ditié de Jeanne D’Arc de Christine de Pizan: Uma ponte para o resgate de obras de autoria feminina na Baixa Idade Média*. 97 f. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes Programa de Pós-graduação em Letras, 2016.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. Apologia da história ou O ofício de historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BURKE, Peter. A escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia. 2.ed. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

DUBY, Georges. Idade Média, idade dos homens: do amor e outros ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

FINDANZIA, Roberta. Christine de Pizan: una pedagogia morale per l'ordine dello Stato. *Femininum Ingenium, Collana di Studi e Ricerche, Pensiero Femminile, Storia e Teorie*. v.1. Roma: Drengo, 2012, p. 41-61.

GILMAN, Charlotte Perkins. Herland: A Terra das Mulheres. São Paulo: Via Leitura, 2018.

GOTTLIEB, Beatrice. The Problem of Feminism in the Fifteenth Century. In: KIRSHNER, Julius; WEMPLE, Suzanne F. (Ed.). *Women of the medieval world: essays in honor of John H. Mundy*. New York: Basil Blackwell, 1985.

KLAPISCH-ZUBER, Christiane. Introdução. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Org.). *História das Mulheres no Ocidente: A Idade Média*. Porto: Edições Afrontamento, 1993.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

..... Uma longa Idade Média. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

MARGOLIS, Nadia. An Introduction to Christine de Pizan. Série: New Perspectives on Medieval Literature: authors and traditions. EUA: University Press of Florida, 2012.

PERROT, Michelle. Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

PIZÁN, Cristina de. La Ciudad de las Damas. Madrid: Siruela, 2000.

PIZAN, Christine de. The Book of the Body Politic. New York: Cambridge University Press, 2007.

..... A cidade das damas. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2012.

PROST, Antonie. Doze lições sobre a história. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

RIBEIRO, Nathalya Bezerra. Traduzindo Le Ditié de Jeanne D'Arc de Christine de Pizan: Uma ponte para o resgate de obras de autoria feminina na Baixa Idade Média. 97 f. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes Programa de Pós-graduação em Letras, 2016.

ROVERE, Maxime (Org.). Arqueofeminismo: mulheres filósofas e filósofos feministas. São Paulo: N-1 Edições, 2019.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, 1995.

VEYNE, Paul Marie. Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014.

Recebido em maio de 2023
Aceito em junho de 2023